

DA MODERNIDADE À GLOBALIDADE: novos espaços para a análise da esfera de ação da sociedade?

Mariane Campelo Koslinski¹

RESUMO

Considerando que o Estado nacional é o resultado duradouro e bem-sucedido de certos entrelaçamentos ao longo de um período histórico, questionamos se o uso do conceito Estado nacional como sinônimo de sociedade ainda é capaz de dar conta da complexidade das configurações e relações sociais hoje, em face do fenômeno de globalização, fortalecimento da sociedade civil e fragmentação das identidades. Para tratar desta questão, abordamos alguns estudos que apontam para o fato de como ocorreu o casamento entre Estado e nação em um primeiro momento da modernidade. Depois, referimos estudos que concentram esforços em teorizar a globalização e que sugerem categorias alternativas para substituir o Estado nacional como unidade analítica capaz de dar conta da esfera da ação da sociedade. A partir dessas novas interpretações e categorias, sugerimos possíveis desdobramentos para o Estado e para a cidadania em meio à Era Global.

PALAVRAS-CHAVE:

Estado-nação, modernidade, globalização, sociedade civil, cidadania.

ABSTRACT

FROM MODERNITY TO GLOBALITY: new spaces for the analysis of society's sphere of action?

Considering that the Nation State is a durable and successful result of certain interlaces along a given historical period, we wonder whether the use of the concept of Nation State as a synonym of society is still capable of giving an account of the complexity of social configurations and relations, in face of globalisation, the increasing power of civil society and the fragmentation of identities. To deal with this question, we resort to some studies that show how the marriage between the State and the Nation took place during the first

¹ Doutoranda em Sociologia IFCS-UFRJ

period of modernity. Afterwards, we resort to studies that concentrate their efforts on theorising globalisation and suggesting alternative categories to substitute the Nation state as a analytical unity capable of accounting for society's sphere of action. From these new interpretations and categories, we suggest possible developments for the State and citizenship, within the Global Age.

Key words: Nation State, modernity, globalisation, civil society, citizenship.

1. INTRODUÇÃO

A fusão bem-sucedida entre o Estado e a Nação ocorrida no Oeste Europeu levou à sobreposição dos contornos da Sociedade aos do Estado (REIS, 2003). Desta forma, durante o que Beck (2000) chama de primeira modernidade, a sociologia adotou um “nacionalismo metodológico”, ou seja, tratou as sociedades como “sociedades do Estado”. Toma-se por unidade de análise a “sociedade francesa”, a “sociedade alemã”, a “sociedade brasileira” como se estas estivessem “escondidas” no território de poder do Estado nacional.

Entretanto, se voltamos a estudos clássicos sobre a formação dos Estados nacionais, observamos um processo histórico lento e violento, no qual o Estado realiza esforços em direção à homogeneização da sociedade e as práticas sociais tornam-se cada vez mais padronizadas. Os indivíduos vão adquirindo uma identidade nacional e passam a legitimar a autoridade do Estado em troca de um *status* de cidadania.

Considerando que o Estado nacional é um resultado duradouro e bem-sucedido de certos entrelaçamentos no decorrer de um longo período histórico, questionamos se o uso do conceito Estado nacional como sinônimo de sociedade ainda é capaz de dar conta hoje da complexidade das configurações ou relações sociais diante do fenômeno de globalização, fortalecimento da sociedade civil, fragmentação das identidades e enfraquecimento dos Estados nacionais.

Para tratar desta questão, abordaremos alguns estudos que apontam para o fato de como ocorreu o casamento entre Estado e nação em um primeiro momento da modernidade. Depois, referiremos os estudos que concentram esforços em teorizar a globalização e que sugerem categorias alternativas para substituir o Estado nacional como unidade analítica capaz de dar conta da esfera da ação da sociedade.

2. A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

Para compreendermos por que a esfera de ação da sociedade foi restringida à do Estado, analisaremos, na perspectiva de diversos autores, por que a estrutura do Estado-nação se formou e como foram seus desdobramentos até o desenvolvimento pleno dos Estados de Bem-Estar modernos.

Elias (1993), em seu estudo acerca da formação do Estado e da civilização, mostra como, a partir do crescimento da interdependência entre os indivíduos, da maior diferenciação de funções e do crescimento do comércio e do uso da moeda, as forças centrífugas características do feudalismo vão sendo substituídas pelo controle central. Focalizando o longo período de violentas guerras entre blocos (feudos) e, posteriormente, de conflito e convergência de interesses entre e intragrupos sociais, Elias enfatiza o sentido dado pelos indivíduos às interações e o modo como as redes de interdependência vão se formando, levando a uma configuração social mais estável, qual seja, o governo centralizado.

Para o autor, este resultado não era inevitável nem previsto por atores envolvidos, isto é:

[...] a partir do entrelaçamento de incontestáveis intenções individuais, quer tendessem à mesma direção ou a direções divergentes e hostis, surgiu algo que não foi planejado nem foi intenção de qualquer um desses indivíduos, mas emergiu a despeito de suas intenções e ações... aí se encontra o segredo das configurações sociais, sua dinâmica irresistível, suas regularidades estruturais, o caráter de seu processo e de seu desenvolvimento[...] (ELIAS, 1993, p.140)

Além das transformações já mencionadas, o autor aponta que o poder central, em um momento posterior, passa a depender da preservação de um certo equilíbrio entre os grupos sociais: de uma mistura de um determinado grau de cooperação e coesão entre os diferentes interesses da sociedade e da persistência de certas tensões e conflitos de interesse entre eles. Assim, entra em funcionamento o que o autor chama de “mecanismo régio”, que funciona uma vez que estes grupos sociais, “...incapazes de se unirem, incapazes de lutarem com toda a sua força e de vencerem, tiveram todos que deixar ao suserano as decisões que eles mesmos não podiam tomar” (ELIAS, 1993, p.155). Vale ressaltar que este mecanismo também é, de acordo com Elias, fruto de ações não planejadas e ocorre “no curso dos processos sociais”.

Como Elias, Tilly (1975), ao discutir a formação dos Estados nacionais, propõe uma explicação probabilística. O autor considera o que poderia ter ocorrido além da formação dos Estados nacionais como, por exemplo, a formação de uma federação política ou um império, uma federação teocrática, uma rede de comércio intensiva sem uma organização política central ou a persistência de uma estrutura feudal.

Também para Tilly, não era inevitável que as forças centrífugas feudais fossem substituídas por uma estrutura centralizada, diferenciada de outras organizações, que governa e possui o monopólio dos meios de coerção física ao longo de um território definido. Isto porque a organização de forças armadas, a cobrança de impostos, o policiamento, o controle da oferta de comida e a formação de pessoal técnico – atividades desempenhadas pelo Estado nacional em seus primórdios – consistiam em atividades difíceis, custosas e freqüentemente não desejadas por grandes partes da população. Este é especialmente o caso da tarefa de extração de recursos da população súdita para a formação de exércitos e para as empresas da guerra e que necessitou de uma grande quantidade de coerção para ser realizada.

É interessante notar que, para Tilly (1975), a construção do Estado (que envolve a questão da penetração e da integração) e a construção da nação (que envolve a lealdade e o da consciência nacional, da participação e do comprometimento) é visto como processo posterior à formação dos Estados fortes e não é consequência automática e direta da construção do Estado por si só. A construção da nação é somente um dos possíveis resultados da construção do Estado.

Ainda assim, Tilly aponta para a importância da homogeneidade da população para a construção de um Estado forte². De um lado, a presença prévia da homogeneidade da população súdita diminuía os custos da construção do Estado, de outro, os Estados em construção também desenvolviam diversas agências de unificação e padronização que penetravam ou se apoderavam dos principais bastiões da cultura local, como é o caso da adoção de uma religião estatal, da expulsão de minorias, da instituição de uma língua nacional e da organização da instrução pública de massa.

Ao longo do processo de construção do Estado, seus mentores perceberam que precisariam contar com maior lealdade e comprometimento de seus súditos para

² Para o autor, um Estado forte possui um alto grau de *stateness*, ou seja, um alto grau de desenvolvimento de sua autonomia formal, de diferenciação de outras organizações não-governamentais, de centralização e de coordenação interna.

alcançarem certos objetivos. Tilly enfoca que, desde 1500, o padrão de mobilização da população tinha como base a religião, a língua, o status político prévio e o pertencimento a uma comunidade ou classe. O Estado apodera-se de tais mecanismos, desenvolvendo também uma padronização de leis e de instituições em comum e moldando ainda mais as formas de mobilização.

O estudo de Bendix (1996) acerca do processo de construção nacional apresenta uma visão diferente daquela oferecida por Tilly; neste caso, os processos de formação do Estado e da Nação são vistos como interdependentes. O autor, de forma similar a Elias (1993), busca no sentido das ações humanas a explicação para a formação e a durabilidade do Estado-nação; procura, nas seqüências históricas, as respostas societárias à questão da organização da comunidade política e da autoridade pública, cujo resultado não é visto como inevitável nem igual para todas os Estados nacionais.

Partindo de conceitos desenvolvidos por Weber, Bendix aponta que, ao menos do ponto de vista analítico, a “união de interesses” (associação) e a “ordem legítima” (autoridade) são esferas de pensamento e de ação interdependentes, porém autônomas, que coexistem em todas as sociedades. Assim, a ordem dura enquanto sua legitimidade for compartilhada por aqueles que exercem a autoridade e por aqueles que estão subordinados a ela e, portanto, depende das relações sociais derivadas da esfera da união de interesses.

Partindo destes conceitos, Bendix indica que o processo da construção dos Estados nacionais modernos ocorre com a fusão da burocratização da autoridade pública e com a extensão da cidadania. A longa duração do Estado-nação moderno - e sua legitimação - ocorre através de um processo no qual a comunidade política consente sua subordinação à autoridade numa permuta por certos direitos públicos, mesmo que a subordinação e os direitos que são reconhecidos pela autoridade variem de sociedade para sociedade.

Para dar conta desse processo, o autor parte da destruição da estrutura política medieval e da crise nas relações humanas resultantes da disseminação de idéias igualitárias e do processo de industrialização. Nas sociedades patrimoniais, a desigualdade era amplamente aceita, assim como a reciprocidade de direitos e obrigações entre os indivíduos. Depois da Revolução Francesa, os indivíduos enfrentam o paradoxo entre igualdade e liberdade: indivíduos são iguais perante a lei, entretanto, as classes superiores não mais se sentem responsáveis pelas classes inferiores. A caridade

tradicional perde aceitação e, no final do século XVIII, surgem novas formas de interpretar as causas da desigualdade que defendem que as classes superiores não podem ser responsáveis pelas mais pobres, sob pena de sustentarem e aumentarem a indolência destas últimas.

Com a influência de idéias de igualdade, cresce o mal-estar das classes baixas e, por conseqüência, surgem mobilizações por uma participação efetiva na comunidade política nacional. Assim, indivíduos voltam-se para o poder central, primeiro, para garantirem seus direitos de associação e para terem seus interesses representados e, mais tarde, como meio de suprirem suas carências. Um elemento essencial na construção da nação passa a ser a codificação dos direitos e deveres de todos os adultos classificados como cidadãos. O status de cidadão e de pertencimento à comunidade política nacional torna-se a principal identidade dos indivíduos e o foco para mobilização ou união de interesses.

Em suma, para Bendix, que compartilha o modelo elaborado por Marshall, o processo de expansão da cidadania nos Estados nacionais modernos obedece à seguinte seqüência: numa primeira fase, os direitos de cidadania assegurados são restringidos aos direitos civis. Com o desenvolvimento dos Estados nacionais, os direitos assegurados expandem-se, incluindo, progressivamente, direitos políticos e sociais. O crescimento econômico e a extensão do voto (direito político) nos Estados nacionais originaram grupos de interesse e partidos políticos que mobilizaram o povo para a ação coletiva e passaram a exigir a crescente inclusão de partes da população via acesso aos direitos de cidadania.

De forma similar a Bendix, Wagner (1994), levando em conta os discursos e as práticas da modernidade, aponta que a fase inicial do desenvolvimento da modernidade caracterizou-se pela predominância da ideologia liberal de cunho profundamente individual, não abrangendo todos os membros da sociedade. Mas com a primeira crise da modernidade, partes crescentes da população dos territórios dos Estados passam a estar ao alcance das práticas modernas o que, conseqüentemente, leva à pressão pela inclusão formal por instituições modernas. Dessa crise emerge uma segunda fase, denominada pelo autor Modernidade Organizada, que é caracterizada, de um lado, pela quebra de barreiras de inclusão e pela extensão de bens coletivos e, de outro, por uma alta organização e padronização de práticas sociais.

O Estudo de De Swaan (1988) também apresenta uma visão historicizada e complexa dos atores sociais e de suas motivações. Entretanto, neste caso, o foco não é posto na

mobilização dos cidadãos pela ampliação de direitos, como tratam os estudos de Bendix e Wagner, mas sim nas motivações e em certas escolhas das elites e no impacto destas no processo que levou à expansão dos direitos sociais e à consolidação dos Estados de Bem-Estar. De Swaan parte do argumento de Norbert Elias sobre a intensificação dos “elos de independência humana” e indica que a mudança de atitude da parcela já estabelecida na sociedade em direção aos pobres pode ser explicada pela alteração no balanço de dependência mútua, resultado da emergência dos Estados nacionais e do capitalismo. A compreensão das elites de que as adversidades que afetam as camadas mais pobres também as afetariam levou, em um primeiro momento, às ações individuais, como a caridade. Entretanto, a incerteza em relação à ação de seus semelhantes e sobre a eficácia de suas ações conduziria tais elites, em outro momento, a apoiar a ação do Estado como solução para a distribuição eficaz de alguns serviços sociais.

Por fim, o estudo sobre a autonomia do Estado apresentado por Mann (1986), apesar de não tratar especificamente da formação dos Estados nacionais, fornece categorias que nos ajudam a compreender o fortalecimento do poder autônomo e centralizado do Estado em detrimento do poder de outras forças sociais. O autor diferencia o poder despótico (referente à capacidade da elite estatal de tomar ações sem negociação com outros grupos da sociedade civil) do poder intra-estrutural (capacidade do Estado de penetrar a sociedade e implementar suas decisões políticas dentro de seu domínio). Considerando que para o autor a fonte de poder autônomo do Estado é proveniente de sua centralização territorial, o poder infra-estrutural tem como base sua utilidade social, ou seja, a utilidade das formas de centralização territorial que não podem ser oferecidas por outra força da sociedade civil. Quanto maior a importância das funções atribuídas ao Estado, maior a territorialização da vida social.

Para o autor, no período feudal, o “Estado” caracterizava-se pela fraqueza nessas duas formas de poder. Já o Estado moderno capitalista, ao longo da história, tem tendido a aumentar seu poder infra-estrutural em detrimento do seu poder despótico, uma vez que necessita mobilizar a sociedade para alcançar seus objetivos. Desta forma, o Estado moderno estende progressivamente suas funções de guardião dos direitos de seus cidadãos.

Para a maioria dos estudos acima analisados, a longa duração dos Estados nacionais modernos é compreendida através de extensos processos históricos que são interpretados seja através da coerção do estado que impõe ou forja uma

homogeneização da sociedade e de suas formas de mobilização (TILLY, 1975), seja por meio da legitimação do Estado com base no consentimento dos cidadãos em troca da extensão de seus direitos (BENDIX, 1996), seja pelo aumento da interdependência entre grupos sociais que delegam funções ao Estado (ELIAS, 1993, DE SWAAN, 1988).

Observamos que o resultado de tais processos foi, de um lado, a crescente burocratização da autoridade pública, o aumento do poder infra-estrutural dos Estados e a progressiva extensão de direitos pelos quais estes são responsáveis e, por outro, uma padronização das formas de mobilização da sociedade por meio de uma identidade dominante baseada no status de cidadania ou de pertencimento a uma nação.

Enfim, o casamento dos dois elementos, autoridade e solidariedade, ao menos em alguns casos referentes aos países da Europa Ocidental, foi tão bem-sucedido e duradouro que levou a equiparação do Estado nacional à sociedade, não deixando espaço para uma análise da esfera da ação da sociedade.

3. A GLOBALIZAÇÃO E O DECLÍNIO DO ESTADO-NAÇÃO: Novos Espaços para a Análise da Esfera de Ação da Sociedade?

Diversas modificações, que se tornaram mais evidentes nas últimas décadas, começaram a colocar em cheque a utilidade da equivalência do conceito de sociedade e de Estado-nação. Algumas dessas modificações apontadas por diversos autores são, de um lado, a expansão da mídia e da comunicação, das TVs globais e de outras tecnologias de comunicação, e do transporte, que implicaram a diminuição da distância entre as pessoas, tornando-as mais conscientes de outros lugares no mundo. Por outro lado, autores enfocam a globalização econômica, da produção no trabalho, cultural, além da proliferação de questões como, por exemplo, as ambientais, que fogem do escopo do Estado e trazem com elas a idéia de um destino compartilhado “globalmente” ou “pela humanidade”.

Essas modificações levaram diversos autores a buscarem, no campo da sociologia, a refocalização de questões e conceitos capazes de darem conta de novas realidades e que servissem como instrumentos para a investigação científica.

Nesta segunda parte, discutiremos primeiro os autores que defendem, em face do novo contexto, que não ocorre um declínio dos Estados nacionais, mas estes

simplesmente adquirem novas funções (MANN, 2000, HIRST; THOMPSON, 1998). Em seguida, abordaremos algumas questões contidas nas obras de Robertson (1992) e de Albrow (1997), que tomam a globalização como algo a ser explicado. E por último, analisaremos as obras de Beck (2000) e de Castells (1999) que vêem a globalização como explicação, ou parte da explicação, das mudanças nas formas de construção de identidades e de mobilização social.

A percepção da queda da importância do Estado nacional como unidade analítica diante das mudanças acima apontadas não é uma unanimidade. Mann (2000) defende a hipótese de que o declínio do Estado na Europa Ocidental é *ad hoc*, desigual e singular e que, em parte do mundo em desenvolvimento, este fenômeno decorre por motivos pré-modernos. Para o autor, os Estados nacionais são entidades recentes que somente se completam no século XX com o crescimento de seu poder infra-estrutural. Mann também aponta que as relações transnacionais e geopolíticas sempre existiram ao longo da modernidade, ou seja, a economia capitalista e a cultura moderna nunca foram muito delimitadas pelas fronteiras nacionais. Ele defende que as funções do Estado foram se modificando ao longo da história e que hoje observamos uma nova remodelação dessas funções. Outras tarefas a serem desempenhadas de forma centralizada territorialmente emergem e, portanto, a fonte de poder autônomo do Estado é renovada.

De forma similar, Hirst e Thompson (1998) rejeitam o termo globalização e adotam a expressão “internacionalização da economia”. Para os autores, as modificações observadas nas últimas décadas não são únicas ou sem precedentes. Ao contrário, ao longo da história, observamos períodos de maior internacionalização econômica alternando-se com outros de maior fechamento ou nacionalização das economias. Ambos, como Mann (2000), indicam as novas funções adquiridas pelo Estado, como a “de prover legitimidade aos mecanismos de governabilidade supranacionais e subnacionais e garantir a responsabilidade por eles” (HIRST; THOMPSON, 1998, p. 264). Além disso, o Estado mantém seu papel central no controle territorial e na regulação das populações. Uma vez que as pessoas são menos móveis que o dinheiro, as mercadorias e as idéias, elas permanecem nacionalizadas e o Estado continua a ser a agência, com legitimidade internacional, responsável por regulamentar e prover cidadania à população nos contornos de seu território.

Já Robertson (1992) acredita que tanto a modernidade quanto a sua unidade política dominante – o Estado nacional – não dão conta da complexidade das relações sociais na

atualidade. Ao caracterizar sua teoria da globalização, o autor adota uma perspectiva cultural, rejeitando o economicismo como aspecto primordial tal qual defendido pela teoria dos “sistemas mundo” de Wallerstein. Seu modelo é “concebido como uma tentativa de dar sentido analítico e interpretativo a como os atores cotidianos, coletivos ou individuais se engajam no negócio de conceber o mundo, incluindo as tentativas de negar que o mundo é um só” (ROBERTSON, 1992, p.26).

O autor faz uma diferenciação entre a aceleração da interdependência concreta e a consciência do todo global, ou seja, entre a transformação do mundo de uma espécie “em si” para uma espécie “para si”. Para Robertson, somente desenvolvimentos recentes relacionados à estruturação do mundo como um todo trouxeram a globalização para si, isto é: “somente recentemente números consideráveis de pessoas vivendo em várias partes do planeta passaram a falar e a agir com referência direta ao problema da organização do mundo heliocêntrico, como um todo” (ROBERTSON, 1992, p.54). É a partir desse momento que o autor considera possível falar sobre o discurso da globalização que permeia tanto os movimentos, as instituições e os indivíduos que têm se engajado em ações que a impulsionam, como também aqueles que resistem ao processo geral de globalização. Neste último caso, as ações também são concebidas dentro do discurso da globalidade.

Para desenvolver sua perspectiva, Robertson aponta que a sociologia convencional foi refém da idéia de uma sociedade nacional culturalmente coesa e isolada. Assim, a teoria social precisaria ser refocalizada, tomando como principal tarefa fazer do mundo uma questão hermenêutica central, possibilitando um discurso viável sobre formas e significados do mundo como um todo. Esses esforços de teorização da globalização não precisariam partir da dimensão do Estado nacional. Para Robertson, a fim de abarcarmos a complexidade global, devemos partir da percepção de como o mundo foi sendo compreendido, ou sendo visto como uma unidade, através de quatro dimensões: dos sistemas nacionais, das relações internacionais, das concepções dos indivíduos e da humanidade. O autor mostra como estas quatro dimensões vão se desenvolvendo em diversas fases desde o início do século XV, mas enfatiza as modificações mais recentes, no século XX, que aceleram ambas – a interdependência global concreta e a consciência global do todo – levando à situação de o mundo ser concebido como uma comunidade imaginada.

Albrow (1997), de forma similar a Robertson, em seu esforço para teorizar a “Era Global”, rejeita a tomada do Estado nacional como ponto de partida e também enfatiza a “consciência do global” como característica fundamental da nova era. De acordo com o autor, para delimitar uma nova era é necessária uma “análise profunda da forma que a era é retratada nas vidas das pessoas ordinárias e nas instituições dominantes da sociedade” (ALBROW, 1997, p.24). Entretanto, seu esforço teórico enfatiza a desconstrução do discurso do “Projeto Moderno” e estabelece a tentativa, mais minuciosa do que a de Robertson, de compreender novas formas de organização e mobilização social, estando assim livre das amarras do Estado nacional.

Partindo da idéia de que cada época tem uma forma específica de contar sua própria história, Albrow (1997) refere-se à exaustão da forma narrativa moderna e à necessidade de uma narrativa que compreenda a transição para a Era Global. Somente desta maneira as sociedades poderão recobrar um significado sustentável em face do declínio do Estado-nação.

O autor procura alternativas para escrever a história do presente que vão além do conceito de modernização, uma vez que este último apresenta alguns problemas em sua capacidade explicativa. De um lado, o conceito de modernização estaria muito calcado em princípios filosóficos e teria se afastando cada vez mais da realidade. De outro, a reivindicação da modernidade por tudo o que é novidade não permite compreender seu próprio fim ou falar sobre o início de uma nova era.

Para Albrow, a narrativa da era moderna confunde-se com o “Projeto Moderno”, um projeto que decolou e dominou as formas de organização da vida humana. Entretanto, no início da década de 1990, ficou claro que o alcance da sua completude era impossível e que os valores nele contidos não mais eram compartilhados.

O aspecto central do “Projeto Moderno” foi a organização da sociedade do Estado-nação que equiparou idéias como povo, nação e Estado. O autor mostra que tanto a sociologia e a teoria social moderna quanto o *Welfare State* desenvolveram-se a partir da seguinte questão: “como o Estado poderia controlar as forças sociais liberadas pela industrialização, em particular a emergência da massa do proletariado, que ameaçavam os regimes estabelecidos?” (ALBROW, 1997, p.43).

A teoria moderna do Estado tentou demonstrar que uma forma particular de organização social era a expressão permanente da natureza da sociedade, sem explicitar que foi o Estado nacional, em particular, que buscou fazer da sociedade sua imagem e semelhança. Por sua vez, a sociologia, em seus primórdios, engajou-se em criar teorias sociais capazes de rivalizarem com a teoria marxista e tomou como pressuposto que as “sociedades dos Estados-nação giravam em torno de uma base comum de ação, a qual nós chamamos de projeto” (ALBROW, 1997, p.43).

O desenvolvimento do Estado do Bem-Estar, por sua vez, representou uma tentativa de nacionalização dos problemas trazidos com a industrialização, através da distribuição de bens coletivos em troca de apoio ao “Projeto Moderno”. Entretanto, o fim da crença na capacidade do Estado de distribuir esses bens coletivos de forma universal e de seu potencial de representar grupos de interesse representou o fracasso de seu principal método de integrar indivíduos à sociedade. Em suma, o fim do “Projeto Moderno” tornou clara a inabilidade do Estado nacional de moldar as aspirações dos indivíduos e transformá-las em objetivos políticos coletivos.

Albrow busca, na proeminência do global no discurso público e na mudança da construção social da realidade, evidências do início de uma nova era, a Era Global. A configuração desta nova era é caracterizada pelo deslocamento da modernidade pela globalidade como ponto de referência primordial, pela ênfase na finitude material do globo e pela multiplicidade de relações sociais. Assim: “onde os seres humanos assumem obrigações em direção ao mundo como um todo, onde eles adotam valores que tomam o globo como seu enquadramento ou ponto de referência, aí nós podemos falar de globalismo” (ALBROW, 1997, p.83).

As questões relacionadas à ecologia e ao meio ambiente são centrais para a compreensão da configuração descrita por Albrow, uma vez que são os movimentos sociais que se mobilizam em torno dessas questões que enfatizam a finitude de recursos naturais e tomam o globo como ponto de referência para o cálculo de ações. Entretanto, o autor aponta que tais referências ao globo assumem diversas definições e abordagens locais e regionais e trazem com elas preocupações mais materiais e pragmáticas do que os princípios abstratos e idealistas de universalismo e comunidade da humanidade característicos da modernidade.

Diante desse novo quadro de significados, Albrow propõe uma reestruturação de conceitos, como Estado e cidadania, uma vez que estas categorias vêm perdendo seus significados dentro das fronteiras do velho Estado moderno.

O autor enfoca um crescente potencial para a formação de um Estado na Era Global. Esse Estado mundial ainda não consistiria em uma forma organizada de governo e é definido como "... todas aquelas atividades que tomam o bem da humanidade como critério de auto-regulação" (ALBROW, 1997, p.173). Entretanto, diferente dos Estados nacionais, tal Estado seria descentralizado, cortaria as fronteiras dos Estados nacionais, não nasceria através de rivalidade por território ou da insegurança da classe dominante, mas do "esforço conjunto para controlar as conseqüências do avanço tecnológico para o ambiente, em interesses compartilhados sobre os direitos humanos e no medo comum de uma catástrofe nuclear" (ALBROW, 1997, p.173).

Albrow também apresenta o conceito de cidadania mundial, que não adquire nem um significado de extensão do poder do Estado sobre populações possuidoras de direitos nem o sentido de cidadania participativa. Os novos cidadãos são indivíduos que buscam o bem-estar da humanidade, tomando a globalidade como referência ou como uma realização para a vida cotidiana. A cidadania na Era Global, como o conceito de Estado mundial, adquire um significado mais flexível, uma vez que as concepções de cidadania podem variar de acordo com cada cidadão.

É interessante notar que se, de um lado, esses cidadãos se envolvem em movimentos que buscam mobilizar a opinião para questões que tomam o globo como referência e que seriam ignoradas pelo Estado nacional, por outro, eles extraem da educação cívica, proporcionada nas fronteiras do Estado nacional, recursos para o engajamento em novas formas de organização e ação.

Apesar de explicitar novas formas de governo e de mobilização social na Era Global, o autor, ao falar sobre cidadania mundial, não reconhece a distribuição desigual de poder e a capacidade de mobilização entre indivíduos, ou seja, aqueles que realmente detêm os recursos ou a educação cívica, e não responde à sua própria questão: "estado para o bem de quem?". Albrow refere-se a indivíduos que agem como cidadãos mundiais ao se envolverem em organizações coletivas para atingirem fins globais, e começam a negociar com Estados nacionais como parceiros iguais. Entretanto, não desenvolve as implicações desta relação. O exercício de desconstruir o discurso moderno pode estar levando o autor

a relegar o Estado nacional a um papel subsidiário, minimizando seu potencial como ator capaz de negociar com novas formas de organização na Era Global.

Beck (2000), concordando com os autores da perspectiva da *cultural theory*, em especial com Robertson, enfatiza que a importância da globalização como conceito passível de pesquisa empírica não está na objetividade da interdependência crescente, mas na reflexividade simbólico-cultural da globalização, ou seja, o foco é posto “nos graus de consciência e conscientização diante do fato de que o mundo deve ser considerado como um lugar global” (BECK, 2000, p.158).

Apesar de Beck (2000) não se engajar em um esforço de teorizar a globalização, ele enfatiza, como Albrow, a importância das questões ecológicas e das inovações tecnológicas para as novas formas de organização social e para o declínio do Estado nacional como unidade analítica capaz de dar conta da esfera de ação da sociedade.

De acordo com este autor, na primeira modernidade, a sociologia adotou um nacionalismo metodológico, uma vez que o Estado foi tratado como um "container" para a sociedade. Por sua vez, atores sociais adotaram uma perspectiva nacional. A imaginação de vidas possíveis era concebida através de termos como nação e etnias, restringida aos espaços geopolíticos dos Estados nacionais, e a identidade era definida através do status de cidadão, que excluía os não-cidadãos. Segundo esta perspectiva, Estado, sociedade e identidade são equivalentes. Com a segunda modernidade, Beck (2000) sugere a criação de espaços transnacionais que, como para Albrow, são mais amplos e flexíveis que os Estados nacionais territorializados. Desta forma:

Sociedade mundial sem Estado mundial significa uma sociedade que não está politicamente organizada e na qual novas oportunidades de poder e de intervenção surgem para os atores transnacionais que não possuem a legitimidade democrática (BECK, 2000, p. 58).

Em seguida, Beck propõe uma reformulação do conceito de cultura e adota o conceito de subpolítica para caracterizar a criação e a multiplicação de identidades e das formas de mobilização dentro do que ele chama de espaços sociais transnacionais.

Diferente da cultura tal qual elaborada na primeira modernização, a cultura não mais é vista como algo homogêneo nem funciona através da lógica da exclusão. De um lado, Beck rejeita a tese da “macdonaldização” da cultura, ou seja, da convergência da cultura global através da unificação de estilos de vida e da confluência de símbolos culturais. O

autor aponta para a dialética da globalização cultural, isto é, o elemento de globalização é acompanhado por uma nova consideração do elemento local. Portanto, seria mais preciso falar de uma cultura “glocal”. Por outro lado, Beck também indica que a cultura que prevalece hoje não é definida territorialmente ou por exclusão, mas por uma lógica de dupla inclusão. A cultura é vista no plural, como multiplicidades sem unidade, onde uma pessoa toma parte de diversos círculos e, desta forma, cria novas fronteiras.

Por sua vez, a subpolítica é caracterizada por modelos de coalizão global ou de política direta que tentam esquivar-se dos limites impostos pelas regras e pela instância do Estado, isto é, a imaginação de vidas possíveis não mais está atrelada à idéia de nação, etnia ou a um projeto de nação: “Diferentemente das comunidades unificadas pelo espaço, as formas do diálogo pela via digital não se apóiam nos vínculos parentais, tradicionais ou sociais ou na vizinhança, mas apenas na rede e na comunidade dos interesses” (BECK, 2000, p. 186).

Esta subpolítica é possibilitada pelos avanços na tecnologia de comunicação que, de um lado, é um instrumento de formação de redes de interesses, diminuindo as distâncias entre os indivíduos e, de outro, submete os indivíduos à política simbólica da mídia e à sua produção de significados globais.

Assim, com a globalização, surgem alternativas de poder, de ação e de percepção da vida social. Importante notar que essas alternativas não excluem totalmente o Estado. Beck nos fala da formação de uma política mundial policêntrica – onde há a diversidade de atores transnacionais e nacionais que cooperam e concorrem entre si, sendo que nenhum ator tem a palavra final, e todos estão em disputa por seus objetivos, mesmo que atores locais, nacionais e transnacionais disponham de chances desiguais de poder.

Entretanto, apesar de referir-se às recentes formas de mobilização praticadas dentro dos novos espaços transnacionais e de admitir que atores têm chances diferentes de alcançar seus objetivos, o arcabouço teórico apresentado por Beck, como o de Albrow, parece não dar conta da distribuição desigual de poder ao longo do globo. Talvez por não adotar uma perspectiva histórica, o autor chega a prognósticos otimistas sobre novos espaços abertos, livres das amarras do Estado, e não enfatiza o suficiente a hierarquização de poder existente.

Sua perspectiva também não oferece um substituto claro para o conceito de cidadania, não apontando para possíveis resultados do exercício conjunto da subpolítica.

Castells (1999), da mesma forma, identifica a revolução tecnológica da informação, a reestruturação do capitalismo e a derrocada do estatismo como importantes fatores que contribuem para a formação do que ele denomina de sociedade em rede. Entretanto, sua análise focaliza, mais do que as já anteriormente mencionadas, a formação de identidades coletivas, com base em significações derivadas da singularidade cultural que desafiam a globalização. Como os outros autores, aponta para o declínio de Estado-nação mas, neste caso, como consequência das contradições da globalização (e da formação da sociedade em rede) e da constituição de identidades de resistência.

Para diferenciar a modernidade dos primeiros tempos – ou o que Beck denomina de “primeira modernidade” – do contexto da modernidade tardia, Castells trabalha com o conceito de identidade, propondo distinções entre tipos de identidade.

Para Castells, identidade consiste no “processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1999, p.22). O autor aponta que identidades são construções e apesar de tomarem por base identidades primárias ou atributos adscritos (nacionais, raciais, religiosos, territoriais), ainda assim a primordialidade desses atributos é construída pelos atores.

Considerando que toda identidade é construída e que esta construção ocorre em um contexto marcado por relações de poder, Castells defende que as principais questões a serem perseguidas dizem respeito a como, a partir de que, por quem, e para que é construída. Tendo essas questões como ponto inicial, o autor propõe a distinção de três tipos de identidade. A primeira é a identidade legitimadora, que é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p.24). Os atores sociais, neste contexto, dão origem a uma sociedade civil e estão estruturados e organizados de forma a jogar na arena do Estado. Indivíduos organizam-se com base em uma identidade semelhante definida através da cidadania e da democracia. O segundo tipo é a identidade de resistência – atores que se encontram em posições estigmatizadas pela lógica dominante constroem uma identidade defensiva nos termos das instituições ou das ideologias dominantes. Neste caso, a identidade leva à formação de comunidades ou comunas. E, por fim, o autor define a identidade de projeto, na qual os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e buscam a transformação de toda a estrutura social.

Assim, as identidades podem ser formadas a partir de instituições dominantes, como foi o caso do bem-sucedido casamento entre o Estado nacional e a sociedade. Dessa maneira, movimentos nacionalistas, racionalizadores dos interesses de uma determinada elite, buscaram subsídios tradicionais para criarem uma identidade nacional acolhida pelo Estado-nação e disseminada através de propaganda como uma “comunidade imaginada”. Para caracterizar a construção de identidade no contexto das sociedades em rede, Castells volta ao conceito de sujeito auto-reflexivo de Giddens: o indivíduo torna-se um projeto reflexivo, ou seja, tem consciência de que está construindo identidades.

Dessa forma, como consequência do enfraquecimento do Estado-nação e da desintegração da sociedade civil, a identidade legitimadora vai sendo substituída pela identidade de resistência, com bases comunais e dissociadas de instituições do Estado.

As comunas com bases religiosas, nacionais ou territoriais aparecem como alternativas para a construção de significados e servem como refúgio e fonte de solidariedade contra três principais ameaças: a globalização (e sua capacidade de dissolução da autonomia das instituições); a formação de redes e a flexibilidade (que impossibilitam a distinção das fronteiras de participação e de envolvimento); e a crise da família patriarcal. A formação de identidades de resistência aproxima-se da idéia de Robertson de indivíduos e movimentos engajados em ações de resistência ao processo de globalização e que, para este último autor, ainda assim, elegem o contexto global como base. Enfim, o mundo tornou-se muito grande e a reação tem sido o retorno a um tamanho passível de compreensão, ou seja, à comuna com contornos fechados e com pouca diferenciação interna.

O outro lado da disjunção entre Estado nacional e sociedade apontado por Castells é o enfraquecimento do Estado nacional moderno decorrente de sua incapacidade de “navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares” (CASTELLS, 1999, p.287).

A tentativa do Estado de sobreviver na arena global através do desenvolvimento e da participação em instituições supranacionais e da descentralização administrativa resultou em uma perda ainda maior de seu poder. De um lado, para questões como meio ambiente e política econômica, o Estado busca cada vez mais uma forma de

administração global³. Porém, em face da incapacidade dos Estados de tratarem as questões globais, as sociedades civis, principalmente as ONGs de atuação internacional, acabam por assumir a responsabilidade por uma 'cidadania global', muitas vezes atingindo maior legitimidade do que os Estados nacionais. Por outro lado, a transferência de poderes para governos locais e regionais estaria levando ao fortalecimento das elites locais e às identidades dominantes em seus territórios, em detrimento de grupos marginalizados.

Contudo, o autor não prevê a extinção do Estado-nação, mas simplesmente que este hoje é apenas uma entre várias fontes de autoridade. Os Estados nacionais continuam e continuarão no futuro a serem "nós de uma rede de poder mais abrangente" (CASTELLS, 1999, p.353), imagem que se aproxima da política mundial policêntrica desenvolvida por Beck.

É interessante notar que o cenário descrito por Castells difere bastante das imagens de sociedade civil global, de cultura de dupla inclusão ou cidadania mundial desenvolvidas por Beck e por Albrow para explicar a mobilização na segunda modernidade.

Castells, talvez por enfatizar o fato de que a construção de identidades ocorre em um terreno marcado por relações de poder, admite que as identidades de resistência que se formam em torno de princípios comunais possam permanecer nas fronteiras restritas das comunas. A transformação destas em identidades de projeto não é algo inevitável.

Em suma, a perspectiva futura para Castells é mais sombria do que para Beck e para Albrow, uma vez que o resultado da formação de diversas identidades de resistência e do enfraquecimento do Estado, diante da sociedade em rede, pode significar o agravamento de desigualdades e a manutenção de parcelas da população excluídas do sistema dinâmico e globalizado. Nem todas as identidades têm condições de encontrar refúgio nas instituições dos governos locais e regionais, o que pode resultar na formação de guetos marginalizados. Assim, as identidades dominantes contam com duas possibilidades: a ampliação da base social e demográfica de sua identidade ou a transformação de suas instituições autônomas em mecanismos de exclusão.

³ Entretanto, Castells não acredita que estas ações levarão ao surgimento de um órgão coordenador central. O autor defende que se está formando não um 'governo global', mas um 'Superestado-nação': "um Estado que expressa, dentro de uma geometria variável, os interesses agregados de suas bases políticas" (CASTELLS, 1999, p.312) já que os Estados nacionais continuam agindo de acordo com seus interesses.

CONCLUSÃO

Tomando como base o fim de uma primeira modernidade caracterizada pelo nacionalismo metodológico e postulando o início de uma nova era, os estudos de Robertson, Albrow, Beck e Castells apresentam-nos conceitos que tentam dar conta da ação da esfera da sociedade, livre do engessamento do Estado-nação.

A Era Global apresenta configurações mais frouxas e flexíveis, diferentes daquelas que são as resultantes das relações sociais modernas, evidenciadas por uma homogeneidade, por práticas sociais crescentemente padronizadas através de canais de participação na comunidade política e por um foco da união de interesses que girava em torno de uma identidade de pertencimento a uma nação ou sobre um status de cidadania garantido pelo Estado. Os autores apontam para a multiplicação e a fragmentação de identidades e de culturas, para a multiplicidade de concepções do que chamam de cidadania mundial ou global e para as mobilizações sociais que, ao invés de se tornarem mais padronizadas, variam de acordo com as formas pelas quais os indivíduos e as coletividades se apoderam de uma combinação de recursos cívicos e de novas técnicas e tecnologias em busca de um propósito comum.

Como contraponto desta forma de associação ou “união de interesses” sociais, surgem estruturas políticas também flexíveis, representadas pelos autores através dos conceitos de Estado mundial, Superestado-nação, subpolítica e de uma política mundial policêntrica, na qual Estados nacionais tornam-se nós de uma rede de poder mais abrangente.

Os autores indicam que os desdobramentos da Era Global ou da globalização são imprevisíveis e não possuem uma direção pré-estabelecida já que, diferente da modernidade, não há um “Projeto de Globalização”. Os indivíduos, de maneira flexível e reflexiva, praticam ações tanto na direção como contra a globalização. Entretanto, ao alegarem a diminuição da importância do Estado nacional como ator capaz de desempenhar certas funções e de relacionar-se como novas formas de organização social (com exceção de Castells, que ainda reconhece a importância deste ator), as interpretações apresentadas nos levam a imaginar dois desdobramentos possíveis.

Em primeiro lugar, apontamos para a hipótese do crescimento da interdependência entre pobres e ricos em um nível global, que extrapola as fronteiras do Estado nacional, uma vez que a pobreza progressivamente passa a representar um risco para o meio

ambiente.⁴ Tal situação remete-nos ao contexto de crescimento de interdependência tal qual abordado por De Swaan, no qual as elites, ao perceberem a pobreza como ameaça, delegam poderes e funções ao Estado nacional. Seguindo esta idéia, em face do aumento da interdependência transnacional, poderíamos esperar a formação de um Estado mundial mais estruturado, a criação de instituições globais ou até mesmo a constituição de um governo supranacional, capazes de lidarem com questões que já não se restringem à agenda nacional e de assegurarem uma cidadania global.

No entanto, os autores declaram que a mobilização de uma sociedade civil globalizada não é tão estruturada ou concertada a ponto de ser capaz de levar a um governo ou a instituições supranacionais, uma vez que ela reflete os movimentos de descentralização e de fragmentação característicos da globalização. Bauman (apud BECK, 2000, p.106), contrariando a primeira hipótese, aponta que a globalização leva a “uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados”. Assim, na arena global e na esfera nacional, ricos e pobres não mais contam com uma “mesa comum de negociação do Estado nacional”. De acordo com esta perspectiva, a interdependência desses grupos seria cada vez menor e para o autor não haveria bases que levassem à necessidade de firmar um compromisso entre estas partes. Como resultado, “desmancha-se o vínculo que tornava a solidariedade não apenas possível como necessária” (BECK, 2000, p.110). Dessa forma, observaríamos, de um lado, mobilizações do tipo “meu jardim primeiro” e, de outro, ações em direção à “caridade transnacional”, na qual elites não mais se preocupariam com pobres dentro da fronteira do Estado nacional, mas com os pobres globais. Entretanto, diante do enfraquecimento da interdependência, tais ações dificilmente se tornariam pressões por uma centralização supranacional ou pressões por instituições globais capazes de lidarem com questões como a diminuição de desigualdades e a garantia de cidadania global.

Não temos ainda claro que rumo a Era Global está tomando, e os caminhos acima apontados são apenas dois entre muitas possibilidades abertas. Faltam pesquisas empíricas engajadas na tentativa de compreenderem esses rumos e de nos ajudarem a entender as novas configurações que estão sendo formadas. Mesmo assim, apontamos para a importância do fato de esses estudos não ignorarem o papel do Estado nacional como ator capaz de se relacionar com as novas formas de organização social ou a distribuição desigual de poder, resultante de processos históricos que podem ter impacto nas diferentes possibilidades de mobilização dos atores globais.

⁴ De acordo com Beck (2000, p.80-81), “as destruições ambientais condicionadas pela riqueza se distribuem de maneira equânime pelo globo, enquanto as destruições ambientais condicionadas pela pobreza incidem sobre uma mesma e única região e se internacionalizam a médio prazo sob a forma de efeitos colaterais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBROW, M. **The Global Age**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BECK, U. **What is Globalization?** Cambridge: Polity Press, 2000.
- BENDIX, R. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DE SWAAN, A. **In care of the state: health care, education and Welfare in Europe and the USA in the modern era**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- HIRST, P. & THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MANN, M. "Estados Nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer". In: BALAKRISHNAN, G. (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____. "The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results." In: HALL, J. **States in history**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- REIS, E. "A Global World, Multiple Angles, One Sociological Community". **Current Sociology**, March 2003, Vol. 51(2): 113-122.
- ROBERTSON, R. **Globalization, Social Theory and Global Culture**. London: Sage Publications, 1992.
- TILLY, C. "Reflections on the History of European State Making". In: TILLY, C. (ed.). **The Formation of National State in Western Europe**. Princeton University Press, 1975.
- WAGNER, P. **A sociology of modernity: Liberty and discipline**. London: Routledge, 1994.